

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS DE EMPREGO NA DÉCADA DE 90: experiências, representações e ação sindical. Um estudo de caso na região de Ribeirão Preto-SP.

Mariana Tonussi MILANO¹

Esta pesquisa² tem como proposta o estudo das novas orientações dos sindicatos e sua participação nas políticas públicas de qualificação profissional e de educação dentro do atual quadro de precarização do trabalho. De modo especial, pretende-se estudar as agendas das entidades sindicais da agroindústria da Região de Ribeirão Preto envolvidas com a execução de programas de qualificação profissional. Portanto, pretendemos compreender os novos papéis assumidos pelos sindicatos diante da precarização do trabalho. Como se sabe, durante a década de 90, uma série de medidas políticas provocariam importantes alterações no sistema de relações de trabalho, medidas estas que aprofundaram a flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista e sindical brasileira.

Ainda nos anos 90, período o mercado de trabalho brasileiro sofreu grandes alterações em sua estrutura, dada as mudanças no cenário macroeconômico que impôs um novo padrão de competitividade e de exposição internacional, tendo como conseqüências um forte movimento de reestruturação produtiva e organizacional nas empresas, assim como, a introdução de novas tecnologias possibilitou aumento nas exigências no trabalho e na utilização da mão-de-obra qualificada, e, também, o mercado de trabalho apresentou altas taxas de desemprego estrutural.

Esta tendência atual de flexibilização e de desregulamentação trabalhista caracteriza o novo contexto da proposta de negociação de interesses de trabalho. A luta por acordos coletivos perde destaque e novas iniciativas sindicais de negociação, como a qualificação profissional dos trabalhadores, passam a incorporar as agendas de negociação dos sindicatos.

Nestes termos, o que se denomina hoje de crise dos sindicatos ou crise do trabalho, preferimos relacionar à vigência de novos padrões de acumulação capitalista. Para tanto, pensamos conforme Harvey (1992), que irá sustentar que o compromisso firmado entre as classes no período fordista-keynesiano hoje se encontra pressionado pela crise no regime de acumulação capitalista, indicando novas condições de produção e de trabalho. Estas novas condições, denominadas regime de acumulação flexível teriam como ponto de partida a crise do petróleo em 1973 que solapou o mundo numa onda inflacionária, pressionando os países a introdução de novas tecnologias e à reformulação dos mercados financeiros.

Conforme (HARVEY,1992, p. 141):

No espaço social criado por todas estas oscilações, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Estas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem de um novo regime de acumulação inteiramente novo, associados com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

Sendo assim, a automação, a mudança tecnológica, os novos produtos, o crescimento do setor de serviços e o deslocamento das grandes empresas a novas zonas de trabalho menos

1 Mestranda em Sociologia UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras –Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - mariana_milano@terra.com.br

² Esta pesquisa é financiada pela FAPESP.

organizado, são exemplos de alternativas e estratégias de superação da crise da produção. Para tanto, o trabalho organizado, como observamos no período fordista-keynesiano teria de ser reconfigurado e isso significou sua fragilização. O empresariado, aproveitando-se de um momento de aumento de desemprego via mudança tecnológica e do enfraquecimento do poder sindical, impôs um novo padrão de contratação que teria como consequência a redução do tipo de contratação padrão e o aumento de novas formas de contratação, como o trabalho em tempo parcial, temporário e a terceirização.

No Brasil, temos que a transição política para a democracia na década de 80 forneceu bases para um movimento sindical forte, altamente mobilizatório (SANTANA, 2002). Mas com o início da abertura econômica brasileira, esse sindicalismo iria se defrontar com grandes barreiras para sua continuidade. O maior obstáculo enfrentado por essas entidades é o crescente desemprego, que desloca a temática das lutas por melhorias salariais para a luta contra o desemprego, garantias de emprego e mais tarde, engajando-se em programas de qualificação e requalificação profissional, perdendo aquela característica de luta na porta da fábrica.

Com os sindicatos enfraquecidos, a reforma trabalhista e sindical passou com mais suavidade no Congresso Nacional. Iniciada em 1994, e pela utilização do recurso de medidas provisórias, o governo brasileiro foi introduzindo no país um novo horizonte de perspectivas para o mundo do trabalho que integram a atual tendência de desregulamentação do trabalho e de novas estratégias empresariais.

Com o crescente desemprego e as novas exigências de qualificação profissional o estado propõe: a ampliação de programas de qualificação e de treinamento, novas políticas de renda e emprego e de desregulamentação dos direitos trabalhistas. Pensa-se com isso obter melhorias nas condições de oferta da mão-de-obra e uma maior liberdade para as empresas fazerem uso do trabalho. No Brasil temos que, até a década de 1980, o mercado de trabalho teve um acelerado crescimento e uma expansão de postos de trabalho, e ao contrário dos países centrais, não havia uma política deliberada de pleno emprego (PRONI; MORETTO; GIMENEZ, 2003). De 1980 a 1990, o lento crescimento econômico implicou numa redução da capacidade de geração de postos de trabalho. As taxas de desemprego atingiam níveis alarmantes, principalmente nas grandes metrópoles. De acordo com o DIEESE (2001), no final da década de 1980 havia 614 mil desempregados na região de São Paulo, já no final da década de 1990, o desemprego chegava à casa de 1.750 milhões de desempregados. Esse desemprego tinha novas características, atingia a todos os tipos de trabalhadores, e não mais apenas jovens, mulheres e negros, diferentemente de 1980, onde o desemprego concentrava-se mais entre jovens e pessoas sem experiência profissional. Há uma diminuição de emprego nos setores industriais e da construção civil (emprego formal) e ocorre um aumento de emprego sem carteira assinada e trabalho autônomo (comércio e setor de serviços). Essa transformação no mercado de trabalho também veio acompanhada de uma diminuição da renda dos trabalhadores que, em São Paulo, chega ao índice de 19% do salário médio mensal anterior.

Neste contexto de luta contra o desemprego, governo e sindicatos brasileiros seguem tendências dos países centrais na adoção de programas de qualificação e requalificação profissional. Durante a década de 90, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) destina uma grande soma de investimentos, principalmente advindos do imposto sindical via Fundo de Assistência ao Trabalhador - FAT, ocasionando grande participação dos sindicatos na execução dos projetos de educação profissional.

Os sindicatos brasileiros por sua vez, para enfrentar a questão da crise do emprego passam a reformular suas agendas de negociação. Rodrigues (2002, p.116) coloca que “o

grande desafio para os sindicatos, nos dias de hoje, é a luta pela defesa do emprego”. A estrutura corporativa, criada para mediar o conflito capital e trabalho, passa por grandes transformações com a Constituição de 1988. Com a reestruturação produtiva, os sindicatos passam a tomar uma atitude não conflitiva, ou melhor, “para uma atitude que poderíamos chamar de cooperação conflitiva, onde uma das questões centrais é a negociação, a busca do consenso e a diminuição do ímpeto de greve” (RODRIGUES, 2002, p. 128). Seria um bom exemplo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Portanto, “diferentemente do período anterior, hoje o tema central na pauta sindical é a defesa do emprego, a participação nos resultados, a flexibilização da jornada de trabalho, discussão de mudança na gestão e organização do trabalho” (RODRIGUES, 2002, p. 126). Isso demonstra uma “resistência ao desemprego, e a prova disso seria a ampliação da pauta de negociação” (RAMALHO, 2002, p. 101).

Esta pesquisa, portanto, envolve questionamentos em torno da nova atuação sindical e prioriza o entendimento sobre: qual será o papel dos sindicatos contemporâneos? Os sindicatos estão aptos a promover um novo contexto de direitos e seguridades? Serão eles os principais atores na luta pela negociação? Para tais respostas observamos as transformações na esfera da produção na região de Ribeirão preto e as iniciativas dos sindicatos. A qualificação profissional, hoje, obriga-nos a entender as novas formas de manifestação da identidade e de ação dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. [DIEESE]. **O mercado de trabalho brasileiro**. 2001. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 17 jul. 2004.

_____. **Os rendimentos do trabalho no Brasil**. 2001. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 14 mai. 2004

HARVEY, D. **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relatório da força-tarefa sobre políticas de emprego: diagnósticos e recomendações**. 1998. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 5 abr. 2004.

PRONI, M. W.; MORETTO, A. J.; GIMENEZ, D. M. Os descaminhos das políticas de emprego no Brasil. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 231-278

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasses na organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, R. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e**

na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 85-114

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 103-120, 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMADEO, E. **Mercado de trabalho brasileiro**: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. 1998. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 25 ago. 2005.

CARDOSO, A. M. **Sindicato, trabalhadores e coqueluche neoliberal**: A era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. O sindicalismo no Brasil: breve excuroso sobre mudanças e permanências. In: HOFMEISTER, W. (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 11-34

PRADO, A. Globalização e desemprego nos anos 90. In: DIEESE (Org.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999, p.21-36.

MORETTO, A. Políticas de emprego no Brasil: algumas considerações sobre as experiências dos anos 90. In: DIEESE (Org.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: artigos dos pesquisadores. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 1999. p. 24-37.

SANTANA, M. A. O sindicalismo nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorientação. In: HOFMEISTER, W. (Org.) **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 35-49

SCOPINHO, A. R; VALLARELI, L. (Org). **Modernização e impactos sociais**: o caso da indústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. São Paulo: Record, 1999.

STEIN, L. de M. Trabalho informal e migrante nos Estados Unidos: A nova via de organização sindical. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, ano 9, n. 17, p. 172-177, 2004.